

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RAPHAEL METRAN CASSAB

ABORDAGENS GEOGRÁFICAS DA FOME NO BRASIL

SÃO PAULO

2024

RAPHAEL METRAN CASSAB

ABORDAGENS GEOGRÁFICAS DA FOME NO BRASIL

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Ariza da Cruz

SÃO PAULO

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pesquisa, desde que citada a fonte.

C343a Cassab, Raphael
ABORDAGENS GEOGRÁFICAS DA FOME NO BRASIL / Raphael Cassab;
orientadora Rita Cruz - São Paulo, 2024.
49 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia.

1. Fome. 2. Geografia. I. Cruz, Rita, orient. II. Título.

CASSAB, Raphael Metran. Abordagens Geográficas da fome no Brasil. Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Começo esses agradecimentos pela minha família, em especial minha mãe Mylene, minha tia Andrea e minha irmã Stephanie por me darem o apoio e os puxões de orelha necessários para terminar esse trabalho. Destaco também, em especial, meu irmão Gabriel e meu Amor Abner pela ajuda direta na produção, lendo, revisando, dando pitacos e ouvindo minhas ideias e dramas nas horas que eu mais precisei de acolhimento. Lembro também meu pai Jorge, que não pude ter a felicidade de compartilhar esse trabalho com ele, mas que faz parte de cada passo que dou na minha vida e esse não será diferente.

Agradeço meus amigos por escolherem compartilhar a vida comigo, sem vocês eu não seria quem sou hoje.

Agradeço ao time de Handebol da FFLCH e ao time de Flag Football Brasil Devilz por serem meus principais escapes no estresse do dia a dia, além de me fornecerem grandes amizades que eu nutro.

Agradeço minha psicóloga, Valéria, pelo incrível trabalho que tem feito comigo nos últimos anos.

Agradeço minha orientadora, a professora Dr^a. Rita de Cássia Ariza da Cruz, pela paciência e apoio acadêmico durante todo o processo de que envolveu essa produção, desde a falta de ideias sobre o que escrever até os ajustes finais.

Por fim, agradeço ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo por me dar a oportunidade de realizar meu sonho de estudar geografia.

DA LAMA AO CAOS

[...]

O sol queimou, queimou a lama do rio
Eu ví um chié andando devagar
E um aratu pra lá e pra cá
E um caranguejo andando pro sul
Saiu do mangue, virou gabiru

Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça

Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
Ia passando uma véia, pegou a minha cenoura
“Aí minha véia, deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia não consigo dormir”
E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar

Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana
Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana

[...]

NAÇÃO ZUMBI

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a fome no Brasil sob uma perspectiva geográfica. Para isso, comecei pela obra de Josué de Castro, pioneiro no uso da geografia para estudar o tema, destacando suas contribuições que desassocia a fome de fatores puramente naturais e a relacionam com questões sociais, econômicas e políticas. Em seguida, explorei como o tema foi abordado após seu exílio e morte, considerando as mudanças históricas, especialmente durante a ditadura militar, e o resgate do tema pela geografia. O foco central foi mostrar como o Estado, as desigualdades sociais, as questões agrárias e os interesses político-ideológicos têm um papel crucial na produção da fome, analisando também a dialética do combate e da perpetuação da fome. O trabalho pretende ser uma contribuição para o entendimento de como a geografia pode fornecer ferramentas para compreender e enfrentar a fome no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: geografia, fome, Josué de Castro, desigualdade social, questão agrária, político-ideológico, Estado.

ABSTRACT

This paper aims to analyze hunger in Brazil from a geographical perspective. To do so, I began with the work of Josué de Castro, a pioneer in using geography to study the subject, highlighting his contributions that dissociate hunger from purely natural factors and relate it to social, economic, and political issues. Next, I explored how the topic was addressed after his exile and death, considering the historical changes, especially during the military dictatorship, and the resurgence of the topic in geography. The central focus was to show how the State, social inequalities, agrarian issues, and political-ideological interests play a crucial role in the production of hunger, while also analyzing the dialectic between the fight against and the perpetuation of hunger. The work aims to contribute to understanding how geography can provide tools to comprehend and combat hunger in contemporary Brazil.

Keywords: geography, hunger, Josué de Castro, social inequality, agrarian issue, political-ideological, State.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Regiões alimentares do Brasil segundo Josué de Castro.....	19
Mapa 2: Carências alimentares dentro de cada região definida por Josué de Castro	21
Mapa 3: Mapa síntese das situações alimentares segundo o Atlas das Situações Alimentares	37
Mapa 4: Mapas das inseguranças alimentares nas grandes regiões do Brasil	38
Mapa 5: Mapa síntese da situação agrária no Brasil	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Legenda do Mapa 1 elaborado por Josué de Castro	20
---	----

Sumário

Introdução	12
Cap. 1 – primeiras abordagens geográficas – Josué de Castro	14
Por que falar de Josué de Castro?	14
Releituras da obra do autor	16
Recorte brasileiro em sua obra.....	18
Subdesenvolvimento e a produção da fome na obra de Josué de Castro	23
Cap. 2 – Novas abordagens geográficas	29
(Des)continuidades na abordagem da fome	29
Resgate da geografia e das ciências humanas na abordagem da fome	31
Quanto ao papel do Estado.....	32
Desigualdades sociais como causa e consequência da fome.....	35
A questão agrária na produção da fome	39
Conclusão	46
Bibliografia.....	48

Introdução

A fome é um problema que preocupa a humanidade desde sempre. Foi a principal força motriz na criação de técnicas agropecuárias, desde a domesticação de plantas e animais, até a conservação dos alimentos em suas diversas formas e tecnologias. Além disso, faz parte do imaginário popular como um dos piores problemas que pode assolar as vidas humanas, sendo inclusive, na mitologia cristã, um dos cavaleiros que anuncia o fim do mundo.

Apesar disso, em um dado momento da história, a problemática, apesar de jamais ter deixado de assolar almas e estômagos de homens, mulheres e crianças, torna-se uma espécie de tabu, cada vez mais complexo de combater apesar do avanço das práticas agrícolas, da comunicação e dos transportes. Sobre a razão que levou a essa transformação do fenômeno, diversas hipóteses e teorias lançaram estudiosos e Estados a pensar (ou a esconder) quais seriam os motivos de ainda haver fome no mundo, mesmo após milênios de preocupações e avanços relacionado à produção de comida, a conhecimentos nutricionais e a organização das logísticas nacionais.

Para entender melhor esse fenômeno, Josué de Castro utiliza-se, pela primeira vez no Brasil, e quiçá no mundo, de métodos e categorias geográficas para estudar o fenômeno. A obra “Geografia da Fome” ganhou notoriedade nacional e internacional por escancarar problemas relacionados a fome que jamais haviam sido atribuídos como causas e consequências das problemáticas alimentares. Por isso, nesse trabalho, analisamos como a vida e a obra de Josué de Castro formaram as bases necessárias para abordar o tema da fome a partir das lentes da geografia.

Para entender essa contribuição, será necessário analisar, em primeira parte, a vida e as relações institucionais de Castro com a política nacional e internacional no combate à fome, além do porquê o autor decidiu debruçar-se sobre o tema. As experiências pessoais e a carreira de Josué são importantes para entender não apenas sua obra, mas a sistematização de sua abordagem única e pioneira que levou a uma complexa análise e regionalização do território brasileiro a partir das questões alimentares. Além disso, analisaremos as principais contribuições do autor em relação a metodologia e abordagem

geográfica na questão da fome. O que ele traz de novo e como isso muda a dinâmica pela procura dos problemas relacionados à fome?

De tamanha importância que teve Josué de Castro no estudo do problema, podemos marcar a abordagem geográfica como durante e depois de Castro. Assim sendo, analisaremos como foi a abordagem do tema após o exílio e, posteriormente, a morte do autor. Como os estudos se (des)continuaram, foram esquecidos e/ou retomados após sua partida. Para isso, observaremos o período da ditadura civil-militar brasileira e, posteriormente, o resgate da geografia e das ciências humanas que se deu, fundamentalmente, a partir dos anos 2000.

Para isso, analisaremos projetos políticos, levantamentos de dados oficiais do IBGE e sua utilização na compreensão do fenômeno da fome a partir de alguns autores que se debruçaram em torno da problemática a partir de eixos temáticos na abordagem do tema, sendo eles o papel do Estado, as desigualdades socioeconômicas, a questão agrária e as questões político-ideológicas. Isto posto, veremos como esses temas ajudam-nos na construção de uma metodologia da abordagem geográfica sobre o fenômeno da fome, a partir da obra de autores como José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Cleder Fontana, Milton Santos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Assim sendo, a proposta do trabalho é analisar como os estudos sobre a fome se apropriaram dos conhecimentos, métodos e categorias geográficas na construção do quadro geral do problema, levantando hipóteses, teses e projetos políticos no combate (e na perpetuação) da fome em território brasileiro.

Cap. 1 – primeiras abordagens geográficas – Josué de Castro

Por que falar de Josué de Castro?

A escolha de ter um capítulo desse trabalho exclusivamente dedicado à uma análise metodológica da obra do Josué de Castro justifica-se a partir dos seguintes pontos: (1) o pioneirismo, tão ressaltado em diversos trabalhos que resgatam as ideias do autor, é impossível de ser ignorado, ainda mais esse tema que o próprio autor classifica como um tema perigoso; (2) a análise de Castro acerca dos assuntos sobre a fome é um dos exemplos mais nítidos da ideia de que toda obra é fruto indissociável do autor.

O pioneirismo de Josué de Castro passa pela sistematização do problema da fome a partir do viés da geografia humana. Sua análise dos problemas para além da questão nutricional expõe a fome como fenômeno social e coletivo, justificando sua existência não apenas pela dieta deficitária, mas por arranjos políticos, econômicos, sociais, culturais e biogeográficos. Sendo assim, Castro foi um dos primeiros autores a desnaturalizar as crises de fome e desassociá-las de exclusivas fatalidades do destino ou da natureza.

Essa abordagem simultaneamente médica (biológica) e social configura-se como a terceira característica desse processo de formulação do conceito de fome. Destaca-se o fato do fenômeno já aparecer diretamente associado a causas sociais, em especial à pobreza, o que revela o esforço de Josué de Castro em desnaturalizar o fenômeno da fome, de superar os discursos do determinismo racial e climático que a naturalizavam. (RIBEIRO JÚNIOR, 2008. p. 36)

Além disso, a obra e a vida de Josué de Castro se confundem num mosaico impossível de distinguir a obra de seu criador. A começar pela origem de Josué, que em sua infância nos mangues do rio Capibaribe em Recife experienciou pela primeira vez o fenômeno que carregaria pelo resto de sua vida em seus estudos: a fome. Por isso, Josué não é apenas um cientista da fome, como também é médico, militante e romancista deste mesmo assunto.

Como professor, assumiu postos na Universidade do Distrito federal, antes da dissolução na Era Vargas, e posteriormente na Universidade do Brasil (que viria a ser a Universidade Federal do Rio de Janeiro) na cátedra de Geografia Humana. Além disso,

ministrou cursos relacionados a alimentação e nutrição na pós-graduação da Faculdade Nacional de Medicina¹.

Como político, tentou implementar em território nacional tudo aquilo que pesquisará durante sua vida. Assumiu a direção e a administração de praticamente todos os órgãos governamentais acerca de alimentação e nutrição até seu exílio em 1964 após o golpe militar. Foi o primeiro diretor do Serviço de Alimentação e Previdência (SAPS) fundado por Getúlio Vargas em 1940. Além disso, dirigiu o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) em 1942, já nos finais da Segunda Guerra Mundial. Também participou da Comissão Nacional de Alimentação em 1945, onde desenvolveu pesquisas acerca da situação alimentar brasileira que inclusive o levariam a, um ano depois, escrever o “Geografia da Fome” uma de suas principais obras sobre a problemática da fome em território brasileiro. Em 1945,

O Instituto Técnico de Alimentação foi incorporado à Universidade do Brasil e, no ano seguinte, transformado em Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB). Josué atingia assim posição de destaque na hierarquia universitária de vez que, além de diretor do Instituto, participou do Conselho Universitário da UB e dirigiu o Departamento de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia. A posição alcançada na Universidade, a repercussão e o prestígio alcançados pelo livro *A geografia da fome* serviriam de alicerce para que partisse para vãos mais altos no cenário internacional e disputasse cargos eletivos em Pernambuco, como a representação do estado na Câmara dos Deputados. (ANDRADE, 1997, p. 177)

Josué de Castro não apenas teorizou sobre a fome, como empregou esforços na disseminação de políticas públicas voltadas ao combate da problemática. Seus trabalhos na área tiveram reconhecimento internacional, sendo nomeado, em 1951, presidente do conselho diretivo da FAO (*Food and Agricultural Organization*), braço da Organização das Nações Unidas (ONU) na elaboração de políticas relacionadas ao tema da fome.

Sua projeção internacional se baseou também na tradução e no alcance de suas obras. “Geografia da Fome”, que tinha como alvo principal da investigação o território brasileiro, teve um impacto grande internacionalmente, seguido ainda pelo “Geopolítica da fome”, que viria a analisar a escala mundial, difundiu as ideias de Castro em diversos continentes e idiomas.

O prestígio do grande cientista brasileiro já estava consolidado nos fins dos anos 40 devido à divulgação de *Geopolítica da fome* que, com prefácio de Lord John Boyd Orr, fora publicado em 19 idiomas e lhe conferira prêmios, como o *Roosevelt* e o *Internacional da Paz*. O prefaciador do seu livro, além

¹ ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. Estudos Avançados, v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100009>.

de alta autoridade nas organizações mundiais, era *Prêmio Nobel da Paz*. Isto porque a Paz era o ideal a ser alcançado com a extinção da fome e do subdesenvolvimento. (ANDRADE, 1997, p. 181)

A importância de Josué de Castro extrapola apenas o campo da pesquisa e da produção acadêmica. Sua maior contribuição é a sistematização da luta contra a fome, tanto a partir de suas obras acadêmicas como a partir de sua biografia. Revisitar a obra e a vida de Josué é entender não apenas como o problema é antigo, senão como as soluções são sistematicamente sabotadas pelas elites nacionais e pelas forças do capital internacional. Sendo assim, a fome não é uma consequência natural de qualquer que possa ser a justificativa, seja o argumento biológico, racial, climático... a fome é produzida e reproduzida constantemente por questões sociais, culturais e econômicas. Essa quebra de paradigma acabou por alicerçar as pautas no combate contra a fome e perduram na discussão até os dias de hoje.

Releituras da obra do autor

Por seu caráter pioneiro na abordagem científica da fome pelas lentes da geografia, Josué não apenas inaugura a sistematização geográfica na abordagem ao tema, mas é lido e relido por todos aqueles que exploram o tópico. Suas obras são referência bibliográfica obrigatória para quem se aventurar a explorar a temática sob o viés da geografia ou da sociologia.

Apesar disso, o autor caiu no esquecimento acadêmico, sendo geralmente lembrado, vagamente, na reconstrução da história da disciplina geográfica brasileira. Sobre isso, José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior destaca na introdução de sua tese de doutorado:

(...)refere-se ao relativo silêncio em torno da obra deste autor, pois salvo algumas menções elogiosas, em geral muito superficiais, sua obra é pouco debatida e quase não aparece como referência para trabalhos que não sejam de história do pensamento geográfico. Além disso, constatamos que a temática da fome, desde a morte de Josué de Castro, tinha sido praticamente abandonada pela geografia brasileira (talvez seja ainda mais correto dizer pelas ciências humanas de modo geral). (RIBEIRO JÚNIOR, 2015, p. 16)

Não só os escritos do autor, como o próprio tema da fome, foram e são poucas vezes tema principal de obras da literatura geográfica mais recente. Salvo alguns mestrados, doutorados e artigos, o tema aparece apenas de maneira marginal na análise das configurações espaciais em território brasileiro, sendo, geralmente, apenas uma menção acerca desses arranjos. Sendo assim, não só o resgate da obra de Josué, mas como

suas interpretações mais atuais se mostram fundamentais na composição de um trabalho que busca entender as origens e a atualidade da metodologia geográfica em torno da fome.

Primeiro, há de se analisar as influências geográficas que permeiam o trabalho desse autor. Grande parte da metodologia geográfica de Josué parte da influência lablachiana da escola francesa, que baseava o pensamento geográfico brasileiro desde a década de 1930. A opção de Josué é justificada pelo próprio autor:

O grande geógrafo francês Vidal de La Blache, o chefe da escola possibilista, que reagiu contra o cego determinismo geográfico da escola de Ratzel, afirmou com segurança que, das relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é exatamente a que transparece quando se estudam os meios de nutrição. [...] Deduz-se, daí, que é através da alimentação que se processa com mais intensidade a ação do meio natural sobre a vida humana, em suas várias manifestações. (CASTRO *apud* RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 45)

Podemos observar na obra de Josué de Castro essa inspiração, como na passagem do livro “Geografia da Fome” em que o autor analisa a fome no Brasil a partir do seguinte viés:

(...) Procurando investigar as causas fundamentais dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores sócio-culturais do que de fatores de natureza geográfica.

De fato, com a extensão territorial de que o país dispõe, e com sua infinita variedade de qualidades climático-botânicas, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano; e se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas. (CASTRO, 1967, p. 38)

Nesse trecho percebe-se a ligação entre o meio físico-geográfico brasileiro com a potencialidade de produção de alimentos associado as dinâmicas socioeconômicas que impedem que essas possibilidades sejam contempladas integralmente.

Ademais, a complexidade dada por Josué de Castro nessa nova abordagem da fome foge da possibilidade de se estabelecer uma simples inspiração geográfica que possa definir por completo sua obra. Para Manuel Correa de Andrade, por exemplo, a metodologia de Castro passa, não por um pensamento ligada a escola francesa, mas fundamentalmente à problemática brasileira. Sobre isso, o Andrade escreveu:

Analisando-se a evolução do pensamento geográfico do Brasil, observa-se que Josué de Castro, mantendo-se um pouco à margem da comunidade de geógrafos, não foi um adepto da geografia lablachiana, da escola clássica francesa que aqui dominava nas décadas de quarenta e cinquenta (...) A sua linha de pensamento era outra, oriunda da problemática brasileira, através de caminhos não geográficos, mas que conduziam à geografia, sobretudo em suas

formulações metodológicas e epistemológicas atuais. (ANDRADE *apud* MAGALHÃES, 1997, p. 18)

O comentário tecido por Andrade demonstra o viés único da obra de Josué de Castro. Sua linha de pensamento desenvolvida através da análise nutricional da fome, fruto fundamentalmente de sua formação em medicina, associada com os conhecimentos geográficos e suas experiências pessoais – como o próprio autor dizia, os mangues de Capibaribe foram a sua Sorbonne – torna sua abordagem única, apesar das claras inspirações da escola francesa que o próprio Josué destaca em sua obra.

Os trabalhos referentes a fome que resgatam o pensamento de Josué trazem as principais definições e conceitos do autor, muitas vezes analisando separadamente as regiões alimentares descritas pelo autor na obra “Geografia da Fome”². Por isso, dedico neste capítulo a análise específica de um aspecto geográfico (o subdesenvolvimento) na obra de Josué, o qual considere como o principal fator na produção da fome endêmica para o autor, assim como é a principal contribuição metodológica para a geografia e as ciências humanas na análise feita pelo autor. Essa nova dimensão expressa-se no recorte brasileiro de sua obra a partir da análise histórica e econômica.

Recorte brasileiro em sua obra

A escolha dos recortes analíticos do autor varia em sua obra. Aqui, focaremos na análise feita sobre o Brasil e os motivos que levaram o autor a discorrer sobre esse recorte. No prefácio da 10ª edição do “Geografia da Fome”, escrito pelo próprio Josué de Castro, são elencados 8 motivos que levaram a produção da obra em questão. Dentre eles, destaco o 6º motivo, onde o autor explica porque escolheu o recorte brasileiro para falar sobre a fome:

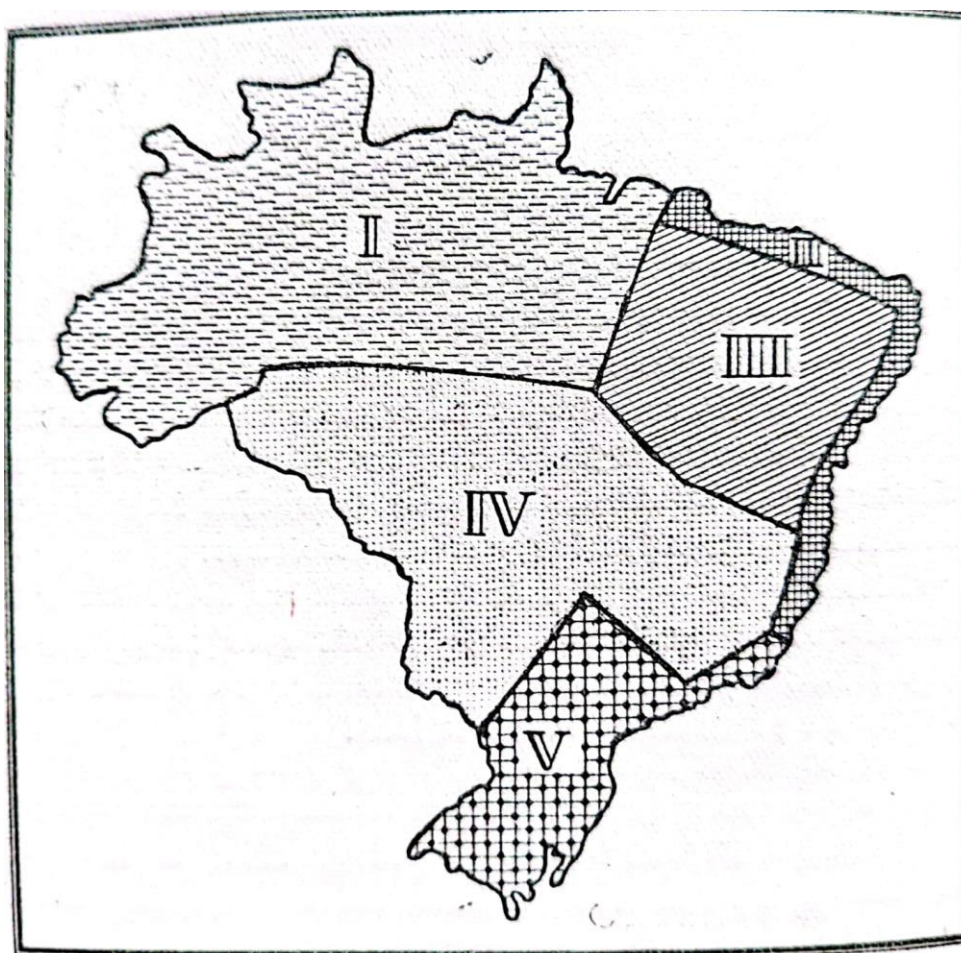
Acreditamos dever ainda ao leitor, principalmente ao leitor estrangeiro, uma explicação e uma última advertência. A explicação visa a esclarecer as razões que levaram o autor a dedicar dois volumes de sua obra ao estudo de um só país, o Brasil, concentrando em dois outros volumes o estudo do mundo inteiro. Não foram razões de ordem sentimental, nem de supervalorização patriótica que nos ditaram essa conduta: foram razões de ordem didática. O Brasil constituiu o nosso campo de observação e de experimentação diretas do problema. De comprovação de inúmeros aspectos doutrinários da questão e de ensaio e verificação de muitas hipóteses que formulamos sob aspectos particulares nesse setor científico. O seu vasto território, com diferentes categorias de climas tropicais, desde o equatorial superúmido da Amazônia até o tropical seco e semi-árido do sertão do Nordeste e o subtropical com seus variados tipos de organização econômica, apresenta condições excepcionais

² Dos diversos artigos lidos para elaborar esse capítulo, a maioria que dedicava espaço para comentar a obra de Josué de Castro acabavam por resumir a obra mais do que analisar como os conceitos geográficos aparecem e/ou são tratados pelo autor.

para uma larga investigação do problema da alimentação nos trópicos. Nenhum país do mundo se prestaria, tanto quanto o nosso, para funcionar como um verdadeiro laboratório de pesquisa social d'este problema. (CASTRO, 1967, p. 22)

Nesse trecho, o autor explica sua escolha a partir da diversidade de ambientes climáticos tropicais que encontramos em território brasileiro. A relevância dada a isso perpassa pela condição de analisar regiões semelhantes ao longo da faixa tropical do globo. Ademais, o autor também destaca a variada organização econômica como um dos fatores que influencia na produção da fome.

Em sua regionalização do território brasileiro, o autor se baseia fundamentalmente nas dietas próprias da população dessas regiões. Assim sendo, o autor produziu o seguinte mapa:



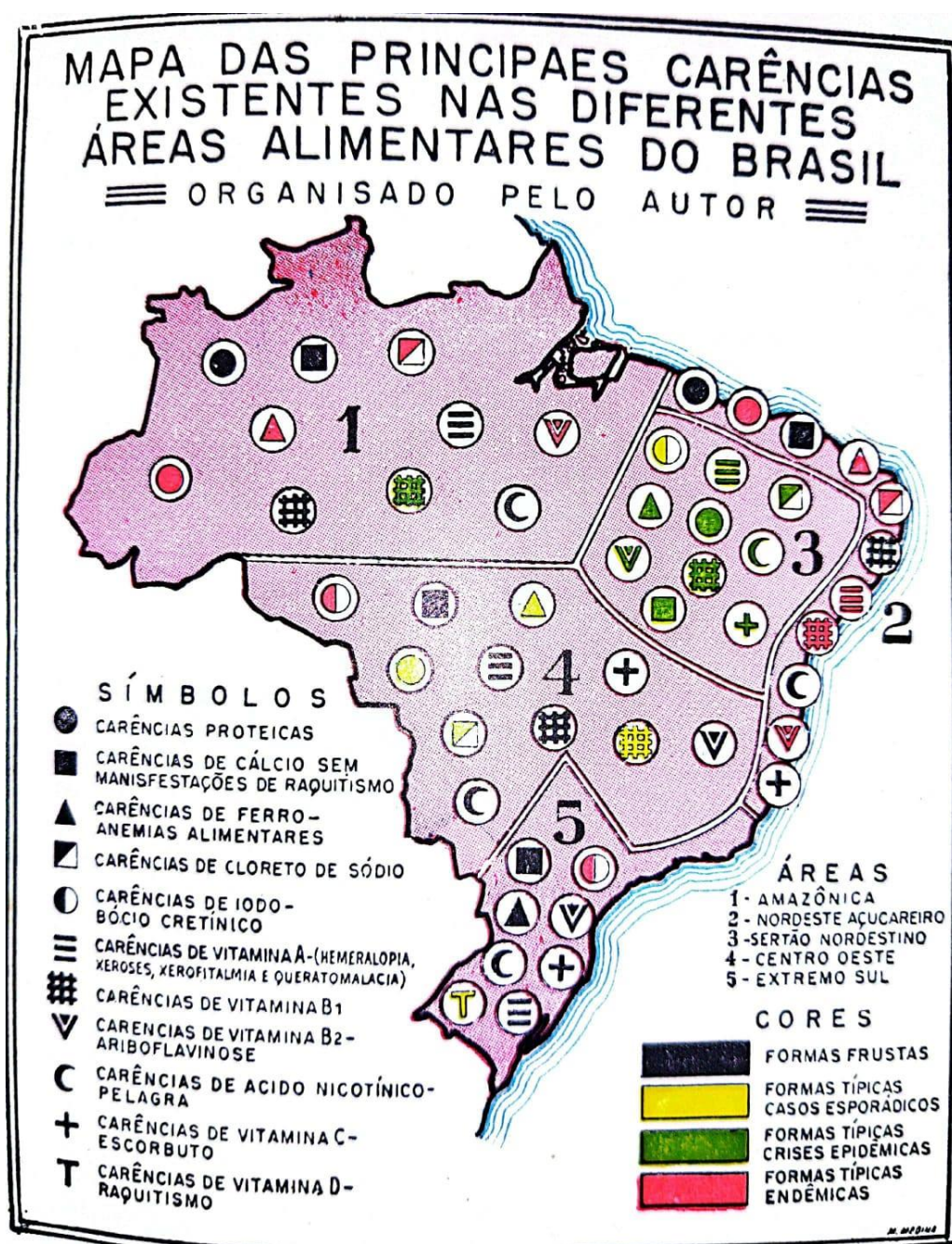
Mapa 1: Regiões alimentares do Brasil segundo Josué de Castro

As áreas foram definidas a partir dos seguintes critérios levantados pelo autor:

ZONAS	Região geográfica que abrange	Alimentos básicos	Proporções mútuas
I ZONA NORTE	Amazonas, Acre e Pará.	Farinha de mandioca Feijão Peixe Castanha do Pará	3 2 1 1
II ZONA DA MATA DO NORDESTE	A faixa da mata dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio-Grande-do-Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía.	Farinha de mandioca Feijão Alpim Charque	3 2 2 1
III ZONA DO SERTÃO DO NORDESTE	Sertão de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio-Grande-do-Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía e norte de Goiás.	Milho Feijão Carne Rapadura	3 1 1 1
IV ZONA DO CENTRO	Minas Gerais, Mato-Grosso e Goiás.	Carne Feijão Milho Toucinho	2 2 2 1
V ZONA DO SUL	São-Paulo, Espírito-Santo, Distrito Federal, Estado do Rio, Paraná, Santa-Catarina, Rio-Grande-do-Sul.	Carne Pão Arroz Batata	3 3 2 1

Tabela 1- Legenda do Mapa 1 elaborado por Josué de Castro

Esse mapa foi primeiro publicado na obra “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”, em 1937, mas serviria de base para sua análise mais profunda quase uma década depois ao escrever “Geografia da Fome”. Nesta obra, inclusive, o autor traz uma nova profundidade a esse mapa ao introduzir não apenas a alimentação em si, senão as carências alimentares decorrentes dessas dietas específicas.



Mapa 2: Carências alimentares dentro de cada região definida por Josué de Castro

A obra de Josué baseia-se na análise nutricional das dietas, o que serve como principal critério na produção da sua regionalização do espaço brasileiro a partir das áreas alimentares. Apesar disso, a definição de fome como fenômeno geográfico passa, necessariamente, pela experiência coletiva, sendo consideradas as áreas de fome apenas aquelas que mais da metade da população sofre com esse male. Para ser possível, então, analisar o fenômeno da fome a partir do subdesenvolvimento na obra de Josué, precisamos primeiro entender o que ele define como fome. Sobre isso, o autor definiu:

Consideramos áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome). Não é o grau de especificidade carencial que assinala e marca a área, mas a extensão numérica em que o fenômeno incide na população. As áreas culturais, sob quaisquer aspectos em que sejam encaradas, só poderão ser classificadas à base da verificação dos traços predominantes que lhes dão expressão típica, e não de seus traços excepcionais, por mais gritantes que eles se apresentem em sua categoria de exceção. Para que uma determinada região possa ser considerada área de fome, dentro do nosso conceito geográfico, é necessário que as deficiências alimentares que aí se manifestam incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem seu efetivo demográfico. (CASTRO, 1967, p. 39)

No segundo mapa é possível ver quais são as áreas de fome endêmica (Amazônica e Nordeste Açucareiro) a partir das deficiências caracterizadas como endêmicas (marcadas de vermelho). Enquanto o Sertão Nordestino aparece com destaque as deficiências caracterizadas como epidêmicas (sazonais) e as demais regiões com problemas mais relacionados a subnutrição caracterizados pelas formas de carências esporádicas e/ou frustras.

Nas justificativas em tratar especificamente do Brasil, o autor adverte sobre o perigo de interpretações errôneas que poderiam desconectar a realidade brasileira do restante da América Latina, acreditando que interpretações guiadas “por desconhecimento ou por má fé”³ poderiam colocar o contexto brasileiro como mais grave que o restante da América Latina – afirmativa essa que o autor julga ser falsa e que as condições aqui seriam melhores ou semelhantes aos vizinhos latino-americanos.

A partir desse argumento o autor traz uma outra profundidade a obra: a produção da fome como resultado da posição brasileira (e latino-americana) na economia mundial. Para embasar esse argumento o autor se vale da obra “*Latin American in The Future World*”⁴. Dentre os argumentos levantados por esses autores sobre a situação da América Latina e reafirmados no prefácio da obra de Castro, destaco aqui dois que envolvem diretamente a temática da produção rural e agrícola:

7º) Uma surpreendente maioria da população rural não possui terra. Dois terços, se não mais, dos recursos agrícolas, florestais e do gado pertencem ou são controlados por uma minoria de senhores de terra nacionais e por organizações estrangeiras.

8º) A maior parte das indústrias extrativistas da América Latina pertence ou é controlada por organizações estrangeiras, sendo considerável parte do lucro

³ CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo, Editoria Brasiliense, 1967. 10ª Edição. – p. 23

⁴ escrita por George Soule, David Efron e Norman T. Ness e financiado pela *National Planning Association*.

desviada dos vários países. Da mesma forma muitas das instituições de produção e distribuição são controladas pelo capital estrangeiro ausente. (CASTRO, 1967, p. 24)

Subdesenvolvimento e a produção da fome na obra de Josué de Castro

Esses trechos destacados no final do subcapítulo anterior demonstra a dimensão que o autor atribuí a problemática do subdesenvolvimento e das condições materiais e econômicas na produção da fome. A temática aparece diversas vezes por textos publicados em revistas ou até em suas principais obras. Ademais, antes de entrarmos nesse conceito e o seu significado na obra de Josué de Castro, podemos analisar como essa temática aparece em um de seus primeiros grandes trabalhos, o já supracitado “Geografia da Fome”.

Para tratar aqui de subdesenvolvimento, opta-se por analisar mais a fundo seus escritos acerca das regiões que ele destaca como “áreas de fome endêmica”, sendo elas a região Amazônica e o Nordeste Açucareiro. As principais justificativas em torno disso, para além da análise da dieta, passa pela explicação da posição econômica e histórica de ambas.

Essas condições aparecem como ponto fundamental na configuração desses quadros de fome permanente. Apesar disso, Josué não deixa de pontuar a especificidade característica de cada umas dessas regiões. A análise única de cada uma delas aparece quando o autor contrasta a análise da região Amazônica com a do Nordeste Açucareiro:

Quando se estudam as condições de alimentação dessa área [Nordeste Açucareiro], o que logo surpreende o investigador é o contraste marcante entre as aparentes possibilidades geográficas e a extrema exiguidade dos recursos alimentares da região. Que a região amazônica seja uma região de fome justifica-se até certo ponto, pela luta desigual entre o homem desarmado e as forças extremamente agressivas do meio geográfico pobre em recursos alimentares. A fome na Amazônia decorre principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos. Já no Nordeste, o fenômeno é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais. As condições tanto do solo quanto do clima regionais, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares. (CASTRO, 1967, p. 94)

A comparação feita por Josué entre as duas regiões mostra o caráter da metodologia que Manuel Correa de Andrade destacou como própria da problemática brasileira. Os contrastes de análise entre as regiões evidenciam não apenas a formação desigual do território brasileiro, senão a preocupação do autor de levar em consideração esses processos como fundamentais na produção da fome na sua obra.

Sobre a região Amazônica, o autor destaca a insuficiência técnica no trato com o meio, o que leva ao esmagamento do homem frente a força da floresta equatorial. Além disso, a falta de ligação logística com o restante do país e a precária infraestrutura carecem ainda mais a deficiente alimentação dos povos dessa região.

Na alarmante desproporção entre a desmedida extensão das terras amazônicas e a exiguidade de gente, reside a primeira tragédia geográfica da região. Região com uma população de tipo homeopático, formada de gotas de gente salpicadas a esmo na imensidade da floresta, numa proporção que atinge em certas zonas a concentração ridícula de um habitante para cada quilômetro quadrado de superfície. Dentro da grandeza impenetrável do meio geográfico, vive este punhado de gente esmagado pelas forças da natureza, sem que possa reagir contra os obstáculos opressores do meio, por falta de recursos técnicos, só alcançáveis com a formação de núcleos demográficos de bem mais acentuada densidade. (CASTRO, 1967, p. 42)

Ambas problemáticas giram em torno da falta de ocupação, ou até interesse em ocupar, a região amazônica até esse período histórico, servindo economicamente apenas a partir da extração de alguns recursos que o autor define como “economia destrutiva”.

Sobre a relação entre a dieta e as condições econômicas, sociais e históricas que levam a carências alimentares, gerando fome crônica e subdesenvolvimento, podemos destacar exemplos de como essas condições aparecem na análise das áreas destacadas pelo autor. Quando introduz o capítulo da região do “Nordeste Açucareiro” Castro pontua:

Poucas regiões do mundo se prestam tão bem para um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural, tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação do elemento humano. Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por um outro inteiramente diferente: região de floresta tropical, transformada pelo homem em região de campos abertos, teve o Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às consequências de seus atos, pela paixão desvairada que dêle se apoderou, de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar. (CASTRO, 1967, p. 93)

Além disso, o destaque histórico sobre a produção do espaço do Nordeste Açucareiro, enfatizando o papel do colonizador e da produção de cana-de-açúcar – que inclusive dá nome a região – mostram como a obra de Josué usufrui da multidisciplinaridade característica de sua formação pessoal sem escapar dos escopos principais da geografia. A análise histórica, econômica, social e geomorfológica trazida na obra complementam os argumentos principais ligados a nutrição na produção de uma complexa tese acerca da fome no Brasil. Tese essa que servirá de base para analisar diversas outras partes do mundo, seja pelo próprio autor em outras obras ou pela

influência institucional e global que o tópico e sua relevância ganham em torno da imagem de Josué de Castro.

Para além das análises acerca das regiões específicas delimitadas por Josué, ele também aborda a questão de maneira geral, com postulações que definem bem sua visão – vale destacar que extremamente mutável durante a produção de sua obra⁵ - acerca do subdesenvolvimento e sua relação com a fome. No prefácio da 10ª edição do *Geografia da Fome* o autor escreve:

Este livro foi publicado pela primeira vez em 1946. Nele tentou o autor esboçar um retrato do Brasil de cerca de quinze anos atrás. Do Brasil que era então um país tipicamente subdesenvolvido, com sua característica economia de tipo colonial, na exclusiva dependência de uns poucos produtos primários de exportação, entre os quais se destacava o café. Ao retratarmos a fome no Brasil estávamos a evidenciar o seu subdesenvolvimento econômico, porque fome e subdesenvolvimento são uma mesma coisa. Foi esta conjuntura econômico-social com todas suas trágicas consequências que inspirou este ensaio. Que nos levou a tentar o levantamento científico de uma geografia da fome. (CASTRO, 1967, p. 27)

Além disso, quando o autor passa para o último capítulo dessa obra, ao analisar a conjuntura e o panorama do Brasil como um todo, outros trechos evidenciam a postura do autor frente a problemática histórica, social e econômica na produção da fome:

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação(...) (CASTRO, 1967, p. 264)

Nesses trechos, percebe-se a junção discursiva dos elementos naturais e dos fatores humanos no que concerne a temática da fome em território brasileiro. Não obstante, a posição ocupada historicamente pelo Brasil no cenário econômico internacional, assim como o que ocupava na época em que o autor escrevia, são determinantes na situação de fome destaca pelo autor. O papel do subdesenvolvido na construção do espaço agrário brasileiro, em torno principalmente dos latifúndios, é o principal responsável pela produção da fome, ao ocupar as terras e os braços dos

⁵ Sobre isso, ver a obra: MAGALHÃES, Rosana. **Fome**: uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

trabalhadores na produção de gêneros agrícolas que não alimentam sequer quem trabalha neles.

Para além do que foi dito acerca da posição do Brasil como país de passado colonial e seu papel de agrário-exportador (na época e podemos dizer que até atualmente), a crença do autor para a solução da problemática da fome perpassava não por uma ruptura institucional com as forças econômicas, mas se aproximava mais da ideia de um despertar idealista das instituições públicas e das elites para a resolução da problemática. Esse pensamento aproximava o autor da ideologia desenvolvimentista, em grande ascensão e debate na época, e foi posto em prática ao assumir seus diversos cargos políticos, em território nacional e em órgãos internacionais. Nas palavras do autor:

Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Ou mesmo pior, entre os interesses nacionais e o dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial. Foram os interesses alíngenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das matérias-primas assim obtidas. Desenvolveu desta forma o Brasil a sua vocação oceânica, exportando toda sua riqueza potencial — a riqueza do seu solo e de sua mão-de-obra — por preços irrisórios. E não sobrando recursos para atender as necessidades internas do país: bens de consumo para o seu povo e equipamentos para o seu progresso. (CASTRO, 1967, p. 265)

No trecho, nota-se a culpabilização do poder político em criar e manejar políticas que explorassem as potencialidades geográficas em favor de um benefício coletivo ao invés dos interesses privados, seja de colonizadores ou de novas forças econômicas estrangeiras. Nesse sentido, tanto a culpa como a solução passam pela atuação dessas forças institucionais. Por isso, as soluções postuladas em sua obra passam, por exemplo, por uma melhor dispersão dos investimentos em território nacional ou pela reforma agrária, duas medidas que dependem do poder público e/ou da boa vontade das elites econômicas.

A partir disso podemos pontuar aqui o viés nacional-desenvolvimentista da obra e da leitura acerca do subdesenvolvimento feita por Josué de Castro. A percepção das problemáticas econômicas associada com a solução que passa pela integração nacional das regiões mais distantes e precárias em infraestrutura, assim como a observação dos problemas relacionados ao tipo de produção agrário exportador comprovam essas ideias. Assim sendo, vemos que a obra de Josué não propõe rupturas estruturais, tão pouco revoluções sociais na solução da questão da fome, senão a incorporação do

desenvolvimento nacional na agenda política nacional e internacional (comprovado fundamentalmente por seus diversos cargos políticos em território brasileiro e na ONU). Mesmo suas críticas acerca do processo de desenvolvimento miram na necessidade de um desenvolvimento nacional, como nota-se em⁶:

A análise aprofundada deste malogro gritante, que transformou o decênio do desenvolvimento num decênio da decepção, revela certos erros muito graves que foram cometidos e fizeram com que todos os esforços no sentido do desenvolvimento não levassem a grande coisa.

O maior de todos esses erros foi considerar o processo do desenvolvimento em toda parte como semelhante ao desenvolvimento dos países ricos do Ocidente. Uma espécie de etnocentrismo conduziu os teóricos do desenvolvimento a assentar as suas ideias e estabelecer os seus sistemas de pensamento em concepções de economia clássica que ignoravam quase totalmente a realidade sócio-econômica das regiões de economia de dependência. Esquecia-se que não existia e ainda não existe hoje uma economia mundial integrada, mas sim uma economia ocidental capitalista, uma economia socialista em elaboração acelerada e uma rede de abastecimento e de venda no resto do mundo. Não se ocupavam, pois, das estruturas econômicas desse resto do mundo, abandonado quer aos sociólogos, quer, antes, aos folcloristas. (CASTRO, 1968 *apud* CASTRO, 2003, p. 173)

Sobre isso, José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior escreve sobre um aspecto fundamental da obra de Castro:

É possível identificar nesse argumento uma espécie de naturalização do Estado e da economia capitalista, no sentido de que não se pensa para além deles, para além do que está posto. Em outras palavras, tanto o Estado como a economia capitalista, são entendidos como pressupostos da análise e por isso não são problematizados. A crítica não chega aos fundamentos da reprodução da sociedade e em geral resulta numa abordagem cada vez mais pragmática que reproduz a própria lógica do mundo capitalista. A tecnocracia faz parecer que o bom funcionamento do Estado depende da inteligência (e porque não dizer também da ética?) dos próprios tecnocratas. Assim, o planejamento se configura como uma tentativa de impor uma racionalidade a um mundo regido por uma economia inerentemente irracional. (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 68)

Por fim, é fundamental perceber como a obra de Josué se constrói em torno dessas múltiplas facetas: sua formação heterodoxa em áreas da saúde e das ciências humanas; suas experiências pessoais de vida que o levaram ao primeiro contato com o tema e a experiência da fome; a elaboração de novos paradigmas sobre a produção da fome para além dos aspectos alimentares e biológicos (a fome como fator social e coletivo); a elaboração cartográfica e regional do fenômeno a partir da análise dos dados, das dietas

⁶ CASTRO, Josué de. **De Bandung a Nova Déli**: a grande crise do terceiro mundo. *Revue Générale Belge*, nº4, abril de 1968, Bruxelas. Traduzido do francês por Luísa Ducla Soares. In CASTRO, Anna Maria de (org.). **Fome**: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

e da produção do espaço geográfico; sua participação política e engajamento nos projetos nacionais e internacionais no combate a fome.

Cap. 2 – Novas abordagens geográficas

(Des)continuidades na abordagem da fome

A ideia de pontuar a descontinuidade dos estudos acerca da fome, principalmente a partir das contribuições de Josué de Castro, vem mais de uma posição político-ideológica sobre o tema do que da falta de discussão acerca dos assuntos ligados a alimentação. Os inúmeros projetos ligados a questão alimentar após o golpe civil-militar demonstram que o tópico não foi abandonado, pelo contrário, houve, nas décadas de 1970 e 1980, mais de 10 planos ligados a alimentação e nutrição emanados do governo federal⁷.

Mesmo com esses inúmeros programas ainda falamos sobre descontinuidade por dois motivos que acabam por minar o aprofundamento, principalmente pelas disciplinas das ciências humanas, sobre o tema da fome: (1) a disputa político-ideológica supracitada e; (2) a dificuldade de se definir fome a partir do viés geográfico, devido a sua polissemia e às diversas variáveis que são levantadas para mensurar o fenômeno pelas diferentes pesquisas. Aqui faço essa distinção nesses dois tópicos para abordá-los em suas peculiaridades a seguir, ademais eles estão profundamente relacionados, uma vez que a semântica do conceito da fome também é palco de disputas político-ideológicas.

Em relação ao primeiro ponto, a disputa passa pela proposição de políticas públicas e da discussão teórica acerca do tema. Mesmo com os diversos planos nacionais colocados em prática no período da ditadura civil-militar brasileira, a discussão sobre fome sofreu uma abrupta ruptura que só viria a ser resgatada muitos anos depois pelas autoridades governamentais e pelos pesquisadores das ciências humanas. Essa quebra baseia-se na ideia de descaracterizar a palavra fome a partir de eufemismos forçadamente correlacionados com o conceito, como por exemplo desnutrição, subnutrição e insegurança alimentar. Essas ideias não devem ser descartadas, mas colocadas na sua devida posição na relação de causa e efeito no ciclo da fome. A desnutrição e a subnutrição são consequências fisiológicas causadas pelo problema social da fome, ou seja, a

⁷ SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. texto apresentado no seminário Pobreza, fome e desnutrição no Brasil realizado em 2 de dezembro de 1994 no IEA-USP.

abordagem de uma solução à problemática passa, fundamentalmente, por uma questão de ordem social, cultural e econômica, não apenas nutricional.⁸

Nesse sentido, a interrupção da discussão sobre fome durante o período da ditadura civil-militar brasileira se justifica a partir da dissociação do problema alimentar com as questões sociais. A maioria dos planos e metas não envolviam uma reforma estruturante no processo de produção e/ou distribuição de alimento e renda, mas sim na distribuição de donativos, o que, vale ressaltar, tem sua fundamental importância no curto prazo no processo de ataque a fome, mas não se sustentam por muito tempo. Até por conta disso, muitos desses programas não chegaram nem as metas estipuladas nem a perdurar na política pública, sendo a maioria descontinuadas cerca de alguns anos depois e, os que não foram extintos, tiveram considerável redução de atuação por cortes ou abandono do projeto.⁹

É o caso do Programa de Suplementação Alimentar (PSA, originalmente chamado de Programa de Nutrição e Saúde, PNS) que começou suas operações em 1975 como PNS passando a se chamar PSA em 1985 juntamente com a meta de distribuir 720.000 toneladas de alimentos para 12 milhões de pessoas; o programa tinha como meta atingir esses números já em 1986. No caso, jamais atingiu a marca, tendo seus maiores números em 1986, distribuindo cerca de 240.000 toneladas de alimento para cerca de 8 milhões de pessoas¹⁰. Em 1991 o programa não chegou a ser formalmente extinto, mas sofreu nos anos seguintes drásticas diminuições de recursos, levando quase ao abandono total.

O segundo ponto que levantamos, em relação à dificuldade metodológica de abordagem da fome, passa pelas diferentes abordagens metodológicas e semânticas pelos diversos órgãos e pesquisadores que as levantam, levando, conseqüentemente, a resultados conflitantes ou substancialmente distintos. Além disso, as diferentes abordagens sobre os temas dos problemas da nutrição e alimentação, ainda hoje, pouco utilizam os conceitos de fome, desnutrição, subnutrição e insegurança alimentar de forma crítica, tornando escassa a literatura geográfica que poderia retomar as discussões a partir

⁸ RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁹ SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. texto apresentado no seminário Pobreza, fome e desnutrição no Brasil realizado em 2 de dezembro de 1994 no IEA-USP.

¹⁰ Ibidem

do viés social, cultural e econômico, trazidos originalmente à discussão por Josué de Castro.

Há autores que se debruçaram sobre essa problemática da conceituação de fome a partir de um viés crítico. Entre eles, José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior destaca a questão da seguinte maneira:

Conceitualmente estamos à frente de dois problemas distintos e complementares. De um lado, há uma quantificação da fome sem uma problematização do conceito, sem o aprofundamento teórico e conceitual necessário para explicar o fenômeno da fome. De outro, há um esvaziamento do conceito de fome através da utilização de outros conceitos como desnutrição, subnutrição e insegurança alimentar; conceitos importantes, mas que não podem substituir o conceito de fome, pois não têm a mesma capacidade explicativa." (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 30)

Essas críticas reverberaram principalmente sobre a falta de criticidade na abordagem do tema da fome, tanto na parte teórica, a partir de conceitos mal definidos ou com paralelos forçados, como também no âmbito prático, quantificando o fenômeno sem a exploração de suas dimensões sociais, simplificando o debate e relegando as abordagens geográficas e das ciências humanas associadas ao tema.

Resgate da geografia e das ciências humanas na abordagem da fome

Apesar dessas divergências de abordagem, houve o esforço, principalmente a partir dos anos 2000, de trazer dilemas, conceitos e abordagens cada vez mais associados à visão geográfica da problemática. É o que foi discutido, por exemplo, no seminário “Geografia da Fome – 75 anos depois: novos e velhos dilemas”, organizado pela Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) em 2021. As conclusões tiradas do seminário, sintetizadas por Campello, Nascimento, Martins e Yamaoka (2022) em um artigo publicado na revista de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas¹¹, foram enumeradas da seguinte maneira: (1) o papel inerente do Estado e sua responsabilidade no combate à fome; (2) As desigualdades sociais como causa e consequência do fenômeno da fome; (3) a problemática da questão agrária como central no problema e; (4) a fome como projeto político-ideológico¹².

¹¹ Campello, T., Nascimento, R. C., Martins, A. P. B., & Yamaoka, M. (2022). Novas geografias: atuais e antigos dilemas da fome. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 29, e022006.

¹² Esse último tópico, como já foi abordado no subcapítulo anterior e fazer parte das discussões dos outros três tópicos, não será abordado a parte para evitar redundâncias.

Apesar desse seminário ser relativamente recente, os consensos estabelecidos pelos pesquisadores são uma segmentação temática proveitosa para analisar e contar a história mais recente dos debates acerca da fome e de suas problemáticas, apesar de, no artigo que sintetiza o seminário, não terem discutido a fundo cada uma das questões. Mesmo assim, nota-se que essas conclusões convergem com a análise de diversos autores que estudaram a fome ao longo desse século, retomando conceitos, atores e abordagens fundamentais na compreensão do fenômeno e, conseqüentemente, na produção de possíveis soluções.

Quanto ao papel do Estado

O papel do Estado aparece de maneira dialética no debate, sendo causa e solução simultaneamente. No seminário supracitado, dentre os consensos estabelecidos, o do papel do Estado é introduzido da seguinte maneira:

O primeiro consenso diz respeito à importância do papel do Estado como regulador e ator fundamental para reverter a situação de fome e má nutrição neste país, por meio de políticas públicas pactuadas com a sociedade. Dada a complexidade da alimentação, é necessária a compreensão de que a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada não se realizam no âmbito da autorregulação das forças de mercado. Alimento não é mercadoria!” (CAMPELLO, NASCIMENTO, MARTINS & YAMAOKA, 2022, p.3 e 4)

Essa ideia, que aparece desde Josué de Castro, foi retomada aqui colocando a lupa sobre o Estado e suas responsabilidades. Vale ressaltar que o Estado não deixou de produzir projetos voltados ao problema, mas o viés de abordagem do tema, tanto pelo Estado na formulação dos projetos quanto do papel do Estado nos estudos relacionados a fome, que sofreu diversas rupturas e resgates desde a segunda metade do século XX.

Temos como exemplo disso a diferença entre os planos de combate a fome durante o regime civil-militar e os governos petistas. Enquanto o primeiro, como supracitado, organizou os projetos fundamentalmente em torno de caridade e doação de alimentos, o governo de Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, focou as estratégias na distribuição de renda, com seu principal projeto o Fome Zero. O próprio projeto do Fome Zero é um bom exemplo de como podemos observar a ambiguidade do papel do Estado na causa e na solução da fome.

Ao analisar a distribuição orçamentária do projeto¹³, podemos notar que mais de 80% do investimento (de aproximadamente 74 bilhões de reais), entre os anos de 2003 e 2010, foram destinados ao programa do Bolsa Família (cerca de 61 bilhões de reais), principal braço no projeto e pautado na distribuição de renda. Outros projetos, como construção de cisternas, restaurantes populares, banco de alimentos e educação em nutrição, juntos não somam nem 5% do valor destinado ao programa¹⁴.

Vale ressaltar que a estratégia de distribuição de renda na resolução do problema da fome tem sua fundamental importância, principalmente na medida em que ataca o problema mais direto da fome, a necessidade de comer agora. Ademais, não é o suficiente, pois não atua frente ao problema central na produção da fome, mas em um de seus sintomas.

Se por um lado, é difícil (pra não dizer impossível) de ser contrário a tal “política integrada”, uma vez que imediatamente, busca aliviar a fome dos que tem fome, por outro, não pode deixar-se de dizer que a mesma, fatalmente, está associada a um modelo de sociedade que não leva à emancipação da fome, pois compreende-se que estas políticas não tocam o elemento gerador a fome. Ao contrário disso, entende-se que tais políticas favorecem a expansão do capital e, assim, logo adiante, terão um efeito diametralmente oposto. (FONTANA, 2009, p. 129)

Esse elemento gerador da fome, destacado por Fontana, é fundamental no debate da problemática ao escancarar qual deveria ser o alvo (e não é) quando estamos falando de combate à fome e, assim, poder analisar por que ainda há fome no Brasil, mesmo com dezenas de bilhões de reais investidos em projetos de distribuição de renda. O próprio autor destaca no final do parágrafo que o problema está intimamente relacionado ao capital e sua reprodução. Sobre isso:

[...]parece claro que a política de segurança alimentar brasileira está alinhada às diretrizes propostas pela FAO e pelo Banco Mundial. A segurança alimentar também é entendida por meio da noção de acesso, e sua garantia não passa em nenhum momento pelo questionamento das relações sociais de produção. Pelo contrário, é por meio de um programa de transferência de renda, pensado e executado a partir do estabelecimento de linhas de pobreza e extrema pobreza, como sugere o Banco Mundial, que se busca garantir uma renda mínima para a parcela mais pobre da população e ao mesmo tempo fortalecer as relações de mercado que supostamente garantiriam a segurança alimentar. (RIBEIRO JÚNIOR, 2015, p. 50)

¹³ RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo. 2015. 244 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

¹⁴ Dentro do projeto, 81,32% do orçamento foi destinado ao bolsa família, 15,68% para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os outros 3% foram distribuídos em outras frentes, exemplificadas no texto.

Ribeiro Júnior destaca o problema da fome a partir das relações de produção como seu principal gerador. Assim sendo, a ambiguidade do papel do Estado na problemática se torna evidente ao sustentar o modo de produção e as relações econômicas que são as próprias geradoras do problema. Ao legitimar, por exemplo, todo o espólio da acumulação primitiva brasileira, que retirou de diversos trabalhadores rurais suas pequenas propriedades em prol de grandes latifúndios (que, na grande maioria dos casos, produzem *comodities* no lugar de alimentos), condenou os trabalhadores a uma opção: vender sua força de trabalho. A partir disso, distancia essas pessoas da produção de seus próprios alimentos, além de limitar o acesso apenas a partir do dinheiro. A transformação do alimento em mercadoria a ser comprada, e não produzida, por esses trabalhadores que não possuem terras capazes de produzir, aliena-o do processo de produção. Aqui, podemos enxergar a raiz do que Castro caracterizou como fome endêmica, aquela que silenciosamente leva as pessoas para a morte por conta de suas carências nutricionais e calóricas, além de perceber o porquê de seus principais estudos focaram na classe trabalhadora.

Ao sujeitar os alimentos a lógica das mercadorias, transforma-se a preocupação de sua produção, não mais na necessidade nutricional da população, mas na produção, reprodução e autovalorização do capital. Além disso, podemos explorar uma outra característica advinda dessa separação entre meio de produção e trabalhador, a redução desse em sua força de trabalho e parte do capital. Sua reprodução, logo, transforma-se em necessidade no ciclo de produção, envolvendo a necessidade de alimentar o trabalhador como parte dessa reprodução do capital¹⁵. Sendo assim, o programa de distribuição de renda passa a ter uma fundamental importância, também, no ciclo de reprodução do capital (nesse caso, da força de trabalho).

A reprodução da força de trabalho consiste, portanto, em dois processos distintos, mas complementares: a satisfação (parcial) das necessidades dos trabalhadores e a reposição contínua da separação entre os trabalhadores e os meios de produção e de subsistência.

A compreensão desses dois processos passa pela consideração da categoria salário. A força de trabalho, assim como todas as mercadorias, tem seu valor definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Assim, o salário, ou a remuneração que o trabalhador recebe por vender sua força de trabalho, não equivale à soma de valores criada pelo trabalhador no processo produtivo, mas ao custo de reprodução da mercadoria que ele vende ao capitalista. Em outras palavras, o que define o salário é primeiramente o

¹⁵ RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. *Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo*. 2015. 244 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

custo de manutenção e reprodução da força de trabalho, que é composto pelos meios de subsistência necessários para o sustento do trabalhador e de sua família, além dos gastos necessários para o desenvolvimento da sua força de trabalho (gastos com educação, por exemplo). (RIBEIRO JÚNIOR, 2015, p. 61)

A partir dessas concepções, podemos notar como essa dialética do papel do Estado se torna essencial na discussão da problemática da fome. Mesmo que apontado como solução, a perpetuação do modo de produção capitalista, sustentado pelo Estado, impede que a fome seja verdadeiramente combatida. Os esforços e os avanços das lutas e políticas contra a fome, mesmo que no Estado capitalista, tem sua fundamental importância para os famintos, mas não atingem e não atingirão a raiz da causa, uma vez que ela está impregnada na estrutura econômica.

Desigualdades sociais como causa e consequência da fome

O segundo consenso observa as desigualdades como causa e efeito de sistemas alimentares não sustentáveis e da fome. Desigualdade, pobreza e fome, embora sejam conceitos distintos, estão fortemente vinculados, na medida em que as disparidades nas chances de vida acabam por determinar as possibilidades de escapar ou não de situações de privação e vulnerabilidade. Para entender esses fenômenos no Brasil é preciso reconhecer que são produtos de uma das mais extremas concentrações de renda e da terra do mundo, consequentemente resultando na separação entre os que comem e os que não dormem com medo dos que não comem, como repetia Josué de Castro. (CAMPELLO, NASCIMENTO, MARTINS & YAMAOKA, 2022, p. 4)

A constatação de que a fome está intimamente relacionada com a desigualdade social e, consequentemente, com a pobreza, beira a obviedade. Ademais, explorar o tema a partir desse viés torna a visualização do fenômeno em sua dimensão social muito mais clara. A necessidade de, não apenas reforçar o óbvio, mas explorá-lo cuidadosamente é uma opção política e de fundamental importância teórica no resgate da geografia e demais ciências humanas na discussão desse tema.

Se por um lado essa diversidade [interdisciplinaridade na abordagem do tema] é positiva, ou até mesmo inevitável, por outro não devemos aceitar acriticamente toda e qualquer definição, ou desconsiderar a disputa que existe dentro e fora do meio acadêmico em torno da definição de alimentação, pois a maneira como se concebe a alimentação traz consigo um posicionamento acerca da realidade que é, ao mesmo tempo, teórico e político (RIBEIRO JÚNIOR, 2015, p. 73)

Assim sendo, podemos levantar alguns questionamentos importantes sobre como essas opções se expressam na geografia, no território e na população brasileira. A necessidade de compreender a fome a partir dessas lentes levou a formulação do “Atlas

das situações alimentares no Brasil”¹⁶, publicado em 2021. O atlas utiliza-se dos dados levantados por dois projetos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹⁷. A escolha desses dois programas corrobora com a ideia de que desigualdade de renda e fome estão intimamente ligadas, além de reforçar a monetarização nas relações sociais e, conseqüentemente, também na alimentação. “Em uma sociedade marcada pela intensa divisão social do trabalho e amplamente monetarizada, os rendimentos obtidos por cada família ou domicílio exercem uma forte influência sobre as situações alimentares.” (RIBEIRO JÚNIOR, 2021, p. 7).

Assim, as variáveis escolhidas na análise do fenômeno da fome foram as faixas de renda familiar e a localização dos domicílios, dividido em duas variáveis, se são urbanas ou rurais e a Unidade Federativa. Além disso, “Quando disponíveis, consideramos também os dados referentes às características das pessoas de referência dos domicílios, a fim de explicitar de que modo as desigualdades raciais e de gênero atravessam as situações alimentares.” (RIBEIRO JÚNIOR, 2021, p. 6). Essa compilação e análise dos dados dimensionam o problema da fome em escala nacional e estadual, não adentrando nas relações municipais ou inframunicipais por conta da metodologia adotada pelo IBGE na coleta dos dados.

Além desse Atlas, a dissertação de mestrado de Cleder Fontana (2009) explora a problemática das situações alimentares utilizando-se do PNAD e da cartografia para analisar e explicar o fenômeno da fome. O autor também se vale das variáveis relacionadas a situação domiciliar (rural ou urbana), raça, gênero, e classe de rendimentos.

O desenho de Brasil que se constrói a partir de ambas as publicações, apesar da diferença de 12 anos de uma para outra, é muito similar (semelhantes inclusive com a regionalização feita por Josué de Castro na década de 40). As regiões de maior percentual de pessoas com fome e risco de fome são o Norte e Nordeste, enquanto o Sudeste e Sul se destacam pela grande quantidade absoluta de pessoas na mesma condição. As faixas

¹⁶ RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; et al. Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

¹⁷ O próprio levantamento desses dados pelo IBGE apresenta mais uma faceta do papel do Estado, o de organização e planejamento do território, mas não iremos explorar isso mais a fundo aqui.

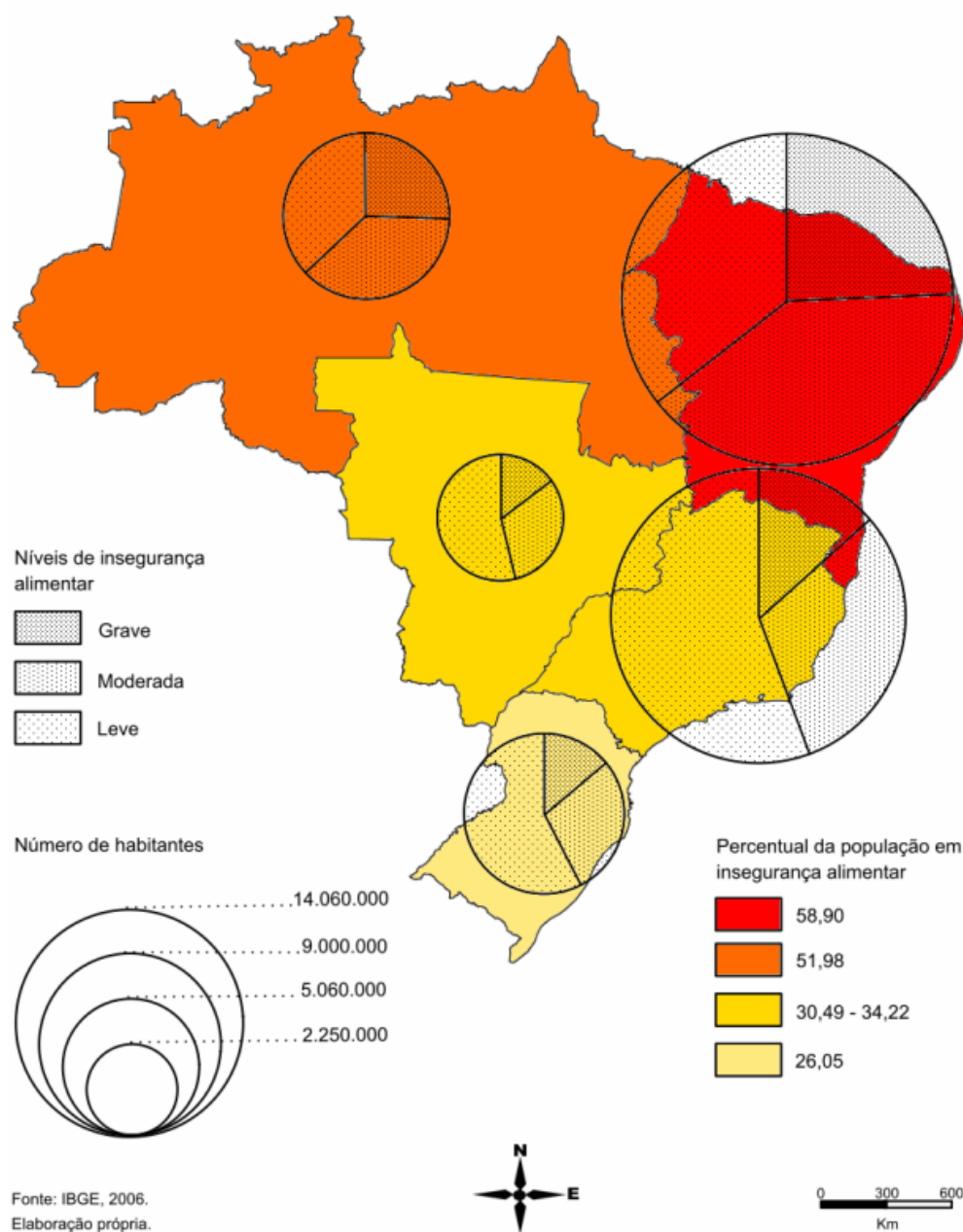
de menor renda, a população não branca e as casas chefiadas por mulheres¹⁸ também aparecem como indicadores sociais importantes na construção do quadro da fome no Brasil.



Mapa 3: Mapa síntese das situações alimentares segundo o Atlas das Situações Alimentares (RIBEIRO JÚNIOR, 2021)

¹⁸ Na dissertação de Fontana os resultados mostram uma certa igualdade quanto a variável ligada a gênero. Apesar disso, o autor pontua as dificuldades enfrentadas por mulheres na obtenção de renda fixa e como essa vulnerabilidade pode impactar no acesso aos alimentos.

MAPA 1 – BRASIL: POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – GRANDES REGIÕES – 2004



Mapa 4: Mapas das inseguranças alimentares nas grandes regiões do Brasil (FONTANA, 2009)

A partir dos mapas é possível visualizar como eles se aproximam das regiões descritas por Josué de Castro na década de 1940, destacando as regiões de maior percentual de fome (Norte e Nordeste, a partir das grandes regiões do IBGE e Norte,

Nordeste Zona da Mata e Nordeste Sertão segundo Castro). Ademais, também se nota a presença de grande quantidade absoluta de pessoas em situação de fome na região sudeste, mesmo que descritas como formas “brandas” como insegurança alimentar moderada e leve ou risco de fome tendo maior predomínio na região.

Nessa monografia não me proponho a analisar a fundo os resultados dos levantamentos dos dados, mas analisar quais foram os critérios e a metodologia trabalhada em torno deles, destacando como a desigualdade se expressa na questão alimentar e como isso se traduz na realidade do território brasileiro. Assim sendo, a análise quantitativa e cartográfica, associada a uma análise crítica dos dados, retomam e fortalecem o papel da geografia na abordagem do tema, incorporando a multidisciplinaridade característica da produção geográfica sem perder a criticidade que a abordagem do tema demanda. Esse é o fundamental papel de estudar as desigualdades na questão alimentar brasileira.

A questão agrária na produção da fome

O terceiro afirma que a expansão da produção e a modernização da agricultura se deu mantendo e aprofundando a concentração fundiária, com perda de biodiversidade e geração de crise climática e sem compromisso com a produção de comida para o povo (CAMPELLO, NASCIMENTO, MARTINS & YAMAOKA, 2022, p. 4)

A distribuição de terras agrícolas no Brasil poderia ter sido tema do tópico anterior, relacionado as desigualdades. Ademais, a problemática da estrutura fundiária no Brasil vai além da análise de sua distribuição desigual, passando também pelas questões relacionados à produção de alimentos (e commodities) e pelas relações sociais que se desenvolvem a partir dessas desigualdades e associadas a produção e reprodução do capital.

Quanto a distribuição de terras no Brasil, temos um quadro em que estabelecimentos rurais até 100ha representam 91% do total de imóveis enquanto ocupam apenas 20% da área total cultivada, enquanto os estabelecimentos com mais de 100ha representam 9% dos imóveis e 80% da área cultivada¹⁹.

Os motivos e consequências dessa distribuição desigual de terras no Brasil apoiam-se profundamente na acumulação primitiva e na separação entre capital e trabalhador. Ao ter suas terras tomadas (geralmente a partir de meios violentos e

¹⁹ IBGE: Censo Agropecuário 2017

coercitivos) há um distanciamento entre o trabalhador e a possibilidade de produzir seus próprios alimentos, levando ao acesso, quase que exclusivamente, mediado pelo dinheiro.

Em outras palavras, o precário acesso à propriedade privada da terra (e evidentemente aos demais meios de produção) nega a possibilidade de produção de alimentos para o consumo próprio na cidade. Desse modo, podemos afirmar que o processo de urbanização crítica tem papel significativo na reprodução de uma massa cativa de trabalhadores que, para se reproduzir, precisa invariavelmente adquirir no mercado seus meios de subsistência (entre eles os alimentos). (RIBEIRO JÚNIOR, 2015, p. 161)

A relação da concentração fundiária e da fome pode ser, em primeiro momento, associada com a grande massa de trabalhadores urbanos, fruto do êxodo rural causado pela acumulação primitiva, que além de não poderem cultivar o próprio alimento estão condenados a vender sua força de trabalho em troca de dinheiro para mediar esse acesso à comida. Ou seja, não só a fome em áreas rurais é fruto dessa desigualdade, mas os próprios habitantes do urbano sofrem direta - pela expulsão dos campos - e indiretamente - por questões de produção agrícola – os efeitos da fome proporcionados por esses processos.

A fome – produzida e contida – no campo brasileiro deve ser abordada a partir das relações na produção agropecuária. A questão em si não é a baixa produção agrícola por falta de terras cultivadas, que, seguindo as tendências levantadas pelo Dataluta²⁰ até 2014, vem se expandindo cada vez. A questão central ao falarmos dessas relações sociais no campo advém da transformação dos gêneros agropecuários em commodities, submetendo as terras agricultáveis, principalmente nas grandes propriedades rurais, a produção de gêneros de exportação. Por exemplo, segundo o censo agropecuário de 2017, 74% da produção de feijão preto, 91% da mandioca, 87% do milho e 33% do arroz são produzidos em propriedades de até 100ha, enquanto 72% da soja e 89% da cana-de-açúcar produzida correspondem a propriedades com mais de 100ha²¹. Ou seja, gêneros da base alimentar do brasileiro, em geral, são produzidas em pequenas propriedades agrícolas (20% das terras cultivadas), enquanto os gêneros de exportação são produzidos majoritariamente nas grandes propriedades (80% das terras cultivadas).

A possibilidade de se expandir as fronteiras agrícolas em prol dessa agroindústria é fruto direto da Revolução Verde e das novas tecnologias em transportes e comunicação.

²⁰ NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2016. Coordenação: Eduardo Paulon Girardi, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Alberto Feliciano, entre outros. Presidente Prudente: Unesp, 2017.

²¹ Percentuais correspondentes a produção em toneladas.

A possibilidade de adequar artificialmente solos impróprios para esses gêneros de exportação, além da produção de sementes transgênicas adaptadas, compõe parte da reprodução do capital de grandes agroindústrias, como a Monsanto, por exemplo. O acesso a esses insumos torna a concentração de terras para grandes monoculturas de gêneros exportadores cada vez mais rentáveis e propícios, forçando cada vez mais a expulsão de pequenos produtores do campo brasileiro.

Assim, a diminuição da renda diferencial por localização obtida graças à expansão e melhoria da rede de transportes e comunicações, a diminuição da renda diferencial por fertilidade da terra em função do próprio modelo agrário/agrícola *capital intensive* e a expansão da área cultivada vêm contribuindo tanto para o aumento do volume de produção como para uma acentuada queda dos preços dos grãos e, ainda, para uma concentração de capital e diminuição do trabalho. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 9)

Essa abordagem levou Porto-Gonçalves a criticar a revolução verde, transformando-a em “revolução - nas relações de poder por meio da tecnologia – verde”. Essa transformação nas relações de produção do campo tiveram um efeito prático de redução do custo de gêneros agrícolas de fato, mas isso tão pouco garantiu o acesso de grande parte da população que vive em pobreza ou extrema pobreza. Além disso, o autor pontua uma importante contradição nesse processo.

[...]à medida que avança a queda de preços, os agricultores que não têm podido investir nem obter ganhos de produtividade consideráveis caem abaixo do umbral de renovação econômica de sua exploração: seus ingressos monetários resultam insuficientes para comprar os bens de consumo indispensáveis que não podem produzir ou, às vezes, para pagar os impostos. (...) Em outras palavras, uma exploração agrícola cujos ingressos caem abaixo do umbral de renovação só pode sobreviver à custa de uma autêntica *descapitalização* (venda de gado vivo, apetrechos cada vez mais reduzidos e sem manutenção), do *subconsumo* (camponeses andrajosos e descalços), da desnutrição e a curto prazo do êxodo, a menos que se dedique a cultivos ilegais: coca, papoula, cânhamo.)’ (MAZOYER, 2003, *apud* PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 11)

Podemos destacar a fome no campo também a partir de sua relação de produção com o mercado, ao passo que as pequenas produções, mesmo que se foquem muitas vezes na produção de alimentos, estão submetidas a lógica do capital. A abordagem desse tema pela geografia brasileira criou alguns conceitos relacionados a produção no campo e as suas dinâmicas. Ao falarmos do Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a autor foca em dois processos que explicam como o capital se apropria das relações de trabalho no campo na produção e reprodução do capital: A territorialização do capital e a monopolização do capital.

Na territorialização do capital, o capital se territorializa, promove o esvaziamento do campo, concentra trabalhadores nas cidades que passam a

fornecer mão de obra para o comércio e os serviços ou, até mesmo, para serem assalariados no campo. Ademais, ocorre a implantação de relações tipicamente capitalistas de produção no campo, marcadas pela presença do assalariamento e da implantação das monoculturas."-(Silva, 2024, p. 371).

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes, controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. (Silva, 2024, p. 373).

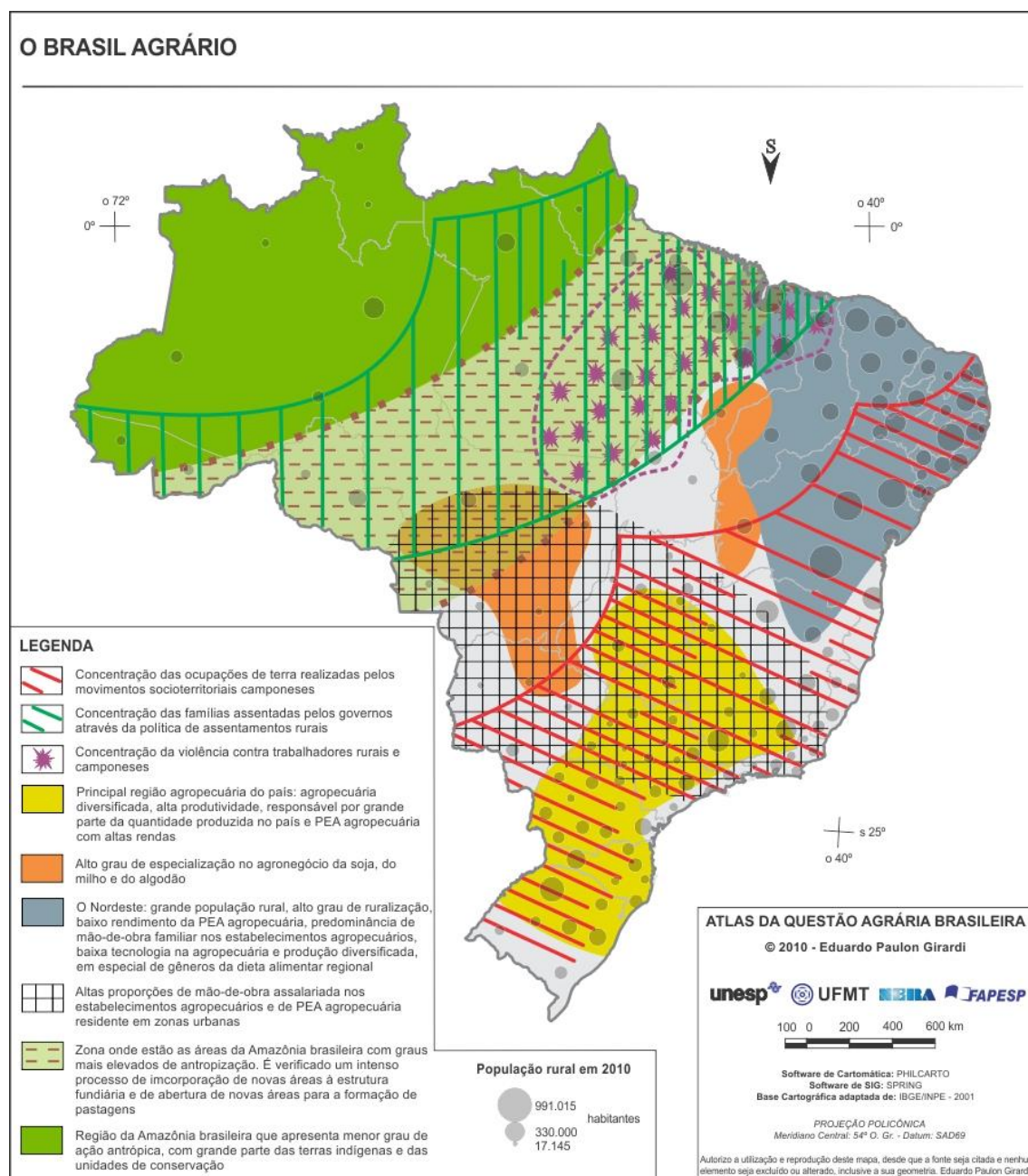
A territorialização do capital reflete os dados destacados sobre a produção de gêneros agrícolas e produtos de exportação de acordo com o tamanho das propriedades. Esse processo se concretiza claramente na estrutura fundiária, onde predominam grandes propriedades voltadas para a monocultura e o uso intensivo de maquinário agrícola. Ele se manifesta também na concentração de terras e no modelo agrícola industrial, resultando na diminuição significativa de empregos no campo e na absorção de pequenas propriedades rurais. Essas dinâmicas agrárias impulsionam a migração em massa das áreas rurais para os centros urbanos, contribuindo para o superpovoamento das cidades e a expansão das periferias urbanas.

Já ao falarmos da monopolização do território temos que ter maior poder de abstração e entender como suas minúcias são responsáveis também pela fome no campo. Aqui, o capital não se materializa diretamente no território, mas dita seus interesses sobre os agentes responsáveis pelas pequenas produções. A lógica, muito bem destacada por Silva, se baseia na subordinação da produção agrícola aos interesses mercadológicos, especulativos e industriais.

Para exemplificar isso, podemos destacar a subordinação da agricultura a um pequeno número de grandes empresas produtoras de sementes, agrotóxicos e outros insumos necessários a produção agrícola, como é o caso da Cargill, Nidera e Monsanto (Porto-Gonçalves, 2004). Outro fenômeno de destaque ao falarmos da monopolização do território é a grande porcentagem que representa as propriedades até 100ha na produção de tabaco, equivalente a mais de 99% da produção nacional segundo o censo agropecuário de 2017 (IBGE). Aqui, as empresas responsáveis pela comercialização de fumos acabam por subordinar a produção de seus insumos nessas pequenas propriedades. Por fim, podemos destacar o papel das bolsas de valores na subordinação da lógica agrária,

responsável pelo controle de preços, assim como pela valorização e desvalorização dos produtos agrícolas.

Tal experiência é tanto mais sensível porque decorre de uma demanda 'externa' de 'racionalidade' e das respectivas dificuldades de oferecer uma resposta. Resta, como consequência, a tomada de consciência da importância de fatores 'externos': um mercado longínquo, até certo ponto abstrato; uma concorrência de certo modo 'invisível'; preços internacionais e nacionais sobre os quais não há controle local, improvável, também, para outros componentes do cotidiano, igualmente elaborados de fora, como o valor externo da moeda (câmbio), de que depende o valor interno da produção, o custo do dinheiro e o peso sobre o produtor dos lucros auferidos por todos os tipos de intermediação. (SANTOS, 2013, p. 90)



Mapa 5: Mapa síntese da situação agrária no Brasil (GIRARDI, 2010)

Esse mapa representa uma síntese da situação do campo brasileiro. Ao compararmos com os mapas das figuras 4 e 5 vemos que as áreas de maior fome são as áreas onde há maior predominância de trabalho familiar, ou seja, são essas as pessoas que estão em condições de maior vulnerabilidade por disporem de menores porções de terra, menos investimentos estatais e menos recursos técnicos. Podemos observar também que na região Norte, mais especificamente no encontro dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, há uma grande incidência de violência no campo, característica da luta de

camponeses contra a expansão da territorialização do capital. Na região sul e sudeste, mesmo sendo a área de maior Produção Economicamente Ativa (PEA) rural, ainda representa os maiores números absolutos de população em situação de fome e risco de fome, corroborando assim com a ideia de que a produção agrícola mais valiosa não corresponde diretamente com segurança alimentar. As áreas destacadas em laranja, correspondente a terras no centro-oeste e no encontro dos estados do Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí (também conhecido como MATOPIBA) são as áreas de maior produção de commodities voltadas para exportação, como milho, soja e algodão, mesmo com a região do MATOPIBA representando estados com os maiores graus de fome e risco de fome relativa.

Nota-se, assim, que a abordagem da questão agrária, reintroduzida no debate, traz outra dimensão de fundamental importância para a discussão da fome. A questão não é apenas produzir alimentos, senão a relação de produção e a distribuição fundiária como temas centrais, não apenas na produção da fome, como também em sua resolução. Por isso, cabe à geografia o papel de pensar como essas questões de produção no território brasileiro contribuem para a perpetuação do quadro de fome endêmica, focando, nesse caso, nas questões e agentes agrários como foco do problema.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar a fome no Brasil a partir de uma perspectiva geográfica, resgatando as contribuições fundamentais de Josué de Castro e explorando as novas abordagens que se desenvolveram a partir de suas ideias. A partir desse estudo, ficou evidente que a fome é um fenômeno complexo, enraizado em questões sociais, políticas e econômicas que ultrapassam as explicações meramente nutricionais ou biológicas. O pioneirismo de Josué de Castro, ao desnaturalizar a fome e associá-la ao subdesenvolvimento e à desigualdade, continua a influenciar a forma como compreendemos e enfrentamos esse problema a partir da perspectiva geográfica.

Essas perspectivas colocam em destaque alguns eixos temáticos na abordagem da fome. Dentre eles, o papel dialético do Estado, a partir da promoção de políticas públicas que possam mitigar a fome e a conservação das estruturas político-econômicas que acabam por perpetuá-la. A análise das discontinuidades nas abordagens ao problema da fome, especialmente durante o período da ditadura civil-militar e o resgate parcial dessa temática em décadas mais recentes, revelou que a ausência de políticas públicas estruturantes, voltadas para a transformação das relações sociais de produção, contribuiu para a perpetuação do problema. Já nos anos 2000, embora programas como o Bolsa Família e o Fome Zero tenham obtido êxito em aliviar os sintomas da fome, eles não atacam suas causas estruturais, assim como ocorrido na ditadura civil-militar, apesar de uma abordagem substancialmente diferente baseada na distribuição de renda ao invés apenas dos donativos característicos da ditadura.

Além disso, o estudo reafirma que a fome no Brasil é tanto causa quanto consequência das desigualdades sociais que marcam o país. A concentração de renda e terra, associada à histórica marginalização de grupos vulneráveis – como trabalhadores rurais e urbanos, pessoas não brancas e mulheres – reforça a exclusão social e econômica dessas populações. Assim, o combate à fome demanda mais do que a simples distribuição de alimentos; é necessário enfrentar as raízes das desigualdades que estruturam o acesso à terra, à renda e aos recursos alimentares.

Outro ponto destacado ao longo do estudo é a questão agrária, que desempenha um papel central na produção e perpetuação da fome. A concentração fundiária no Brasil e a priorização da produção de commodities para exportação, em detrimento da produção

de alimentos para o mercado interno, são fatores que agravam a situação da fome. A agricultura voltada para o mercado externo beneficia grandes produtores e corporações, enquanto a produção de alimentos básicos, essencial para a segurança alimentar da população, fica relegada às pequenas propriedades, que sofrem com a falta de apoio estatal e recursos.

Um último ponto destacado foi a fome compreendida como um projeto político-ideológico. As decisões políticas e econômicas que determinam a distribuição de recursos e o acesso aos meios de produção configuram a fome como um fenômeno que não é apenas uma tragédia humana, mas também um reflexo das escolhas feitas pelos capitais hegemônicos e pelos governantes. Assim, a persistência da fome no Brasil pode ser vista como uma consequência direta da manutenção de um sistema econômico que privilegia os interesses de uma minoria, em detrimento da soberania alimentar de todo o país.

Em suma, este trabalho reafirma a importância de resgatar e atualizar o legado de Josué de Castro na luta contra a fome no Brasil. Além disso, visa estimular uma abordagem geográfica do tema, traçando um quadro holístico da problemática. Mais do que um problema alimentar, a fome é uma questão política, social e econômica que exige transformações estruturais profundas. Para que possamos verdadeiramente superar a fome, é necessário repensar as bases de nossa organização econômica e social, e é a partir disso que as ciências humanas exercem profunda importância no estudo do fenômeno da fome.

Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. **Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo.** Estudos Avançados, v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997.

CAMPELLO, T.; NASCIMENTO, R. C.; MARTINS, A. P. B.; YAMAOKA, M. **Novas geografias: atuais e antigos dilemas da fome.** Segurança Alimentar e Nutricional, 29, e022006, 2022.

CASTRO, Anna Maria de (org.). **Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CASTRO, Josué de. **A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1967. 10ª Edição.

FONTANA, Cleder. **Uma cartografia da fome no Brasil: Um estudo da Geografia da fome (1946), de Josué de Castro, e dos dados de insegurança alimentar da PNAD (2004).** 2009. 150f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2009.

GIRARDI, Eduardo. **Atlas da questão agrária brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2016.** Coordenação: Eduardo Paulon Girardi, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Alberto Feliciano, entre outros. Presidente Prudente: Unesp, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais.** Revista Interdisciplinar Internacional Interthesis - PPGICH UFSC, p. 1-51, maio/jun. 2004.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo.** 2015. 244 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana.** 2008. 170f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa; et al. **Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo.** Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Alberto Carvalho da. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição.** Texto apresentado no seminário Pobreza, fome e desnutrição no Brasil realizado em 2 de dezembro de 1994 no IEA-USP.

SILVA, João Emerson Cunha. **Os conceitos de monopolização do território e de territorialização do capital a partir da perspectiva da geografia agrária.** Revista Rural e Urbano, v. 9, n. 1, p. 366-387, 2024.

SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil.** Revista Cronos, v. 10, n. 1, p. 51-77, 2009.